

A gestão pública frente aos seus desafios: como estimular a produção acadêmica de discentes e egressos na promoção de ideias inovadoras para a sociedade?

Débora Nunes dos Santos

Egressa de Tecnologia em Gestão Pública

Marcos Eustáquio Soares

Mestre em Administração

Resumo

Este artigo caracteriza-se como tecnológico e é fruto de um projeto de intervenção elaborado como pré-requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Tecnologia em Gestão Pública em uma instituição de ensino superior privada do Distrito Federal. Seu objetivo foi analisar a viabilidade e propor a implantação de um concurso nacional de ideias inovadoras organizado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), voltado para discentes e egressos dos cursos de Gestão Pública e correlatos. A pesquisa mesclou métodos qualitativos e quantitativos, combinando entrevistas e questionários submetidos a análises estatísticas descritivas. Foram feitas análises comparativas entre concursos de inovação implementados por outros órgãos públicos e a proposta feita pelos autores foi aprovada pela direção da ENAP, encontrando-se em fase avançada de estudos técnicos dentro daquele órgão, com previsão de lançamento até meados de 2018. Ao final do artigo, os autores apontam as limitações do estudo e sugerem novas pesquisas, propondo ainda que seja conduzida uma discussão aprofundada sobre problemas que afetam os cidadãos brasileiros e como os discentes de Gestão Pública podem ajudar a resolvê-los.

Palavras-chave: concurso; inovação; ideias inovadoras; projetos; gestão pública.

Abstract

This article is characterized as technological and is the result of an intervention project elaborated as a partial prerequisite for the conclusion of the undergraduate course in Technology in Public Management in a private higher education institution of the Distrito Federal. Its objective was to analyze the feasibility and propose the implementation of a national contest of innovative ideas organized by the Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) aimed at students and graduates of Public Management courses and related. The research blended qualitative and quantitative methods, combining interviews and questionnaires submitted to descriptive statistical analyzes. Comparative analyzes were carried out between innovation contests adopted by other public bodies and the proposal made by the authors was approved by ENAP's directors and it is at an advanced stage of technical studies within that body, with a launching plan scheduled for mid-2018. At the end of this article, the authors point out the limitations of the study and suggest new research, proposing that an in-depth discussion be conducted on problems that affect Brazilian citizens and how Public Management students can help solve them.

Keywords: contest; innovation, innovative ideas; projects; public management.

1. Introdução

A dificuldade no relacionamento entre cidadãos e gestores públicos inibe, na maioria das vezes, a construção compartilhada de sugestões para melhorias da qualidade de vida, com as necessárias adequações às populações de localidades distintas, tendo em vista que a participação da sociedade em projetos urbanos é dificultada por desconhecimento metodológico para a formalização de ideias e com processos não muito bem estruturados, os quais acabam dificultando esse processo participativo (FLORIDA, 2003).

O Estado, além de suas obrigações institucionais, tem o papel de patrocinar e fomentar mais estímulos sociais que resultem em melhorias para a sociedade. Nesse contexto, inclusive, torna-se importante a participação de graduados e de estudantes de graduação em concursos que aceitem a submissão de ideias voltadas ao setor público.

O poder público necessita identificar projetos sociais mais eficazes e adequados à realidade local e com chances de serem bem-sucedidos para melhorar a qualidade de vida das comunidades e tornarem-se mais eficientes (HANSSON e EKENBERG, 2014). A participação conjunta dos governos, de suas instituições de pesquisa e de grupos representativos da sociedade, a exemplo de estudantes de graduação, poderá resultar em uma melhoria significativa para o desenvolvimento de políticas sociais mais competentes em seus objetivos.

Nesse sentido, este artigo teve como objetivo lançar as bases para um concurso nacional voltado para o público discente de graduação ou de pós-graduação nos cursos de Administração Pública ou correlatos, a ser conduzido pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Na atualidade, a ENAP realiza um concurso nesse mesmo contexto, porém exclusivamente direcionado para servidores públicos.

Os autores entendem que tal oportunidade, ainda inexistente no âmbito da ENAP na formatação atual, poderá agregar valor à comunidade acadêmica discente e, em contrapartida, resultar em ideias inovadoras para o setor público, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo.

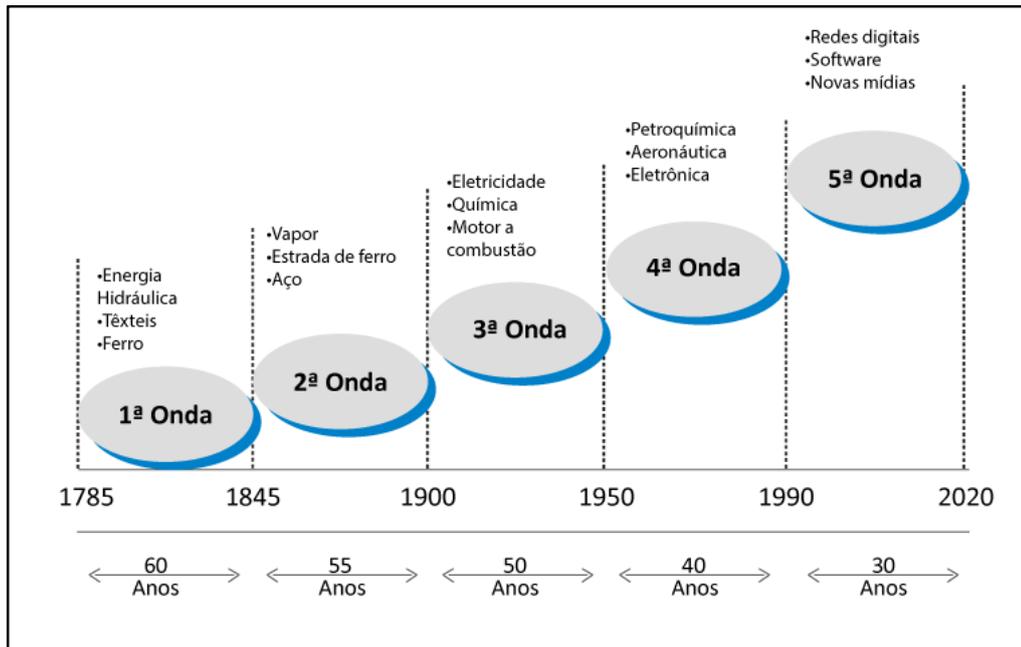
2. Referencial teórico

Em termos simples, pode-se dizer que a inovação tem duas vertentes principais: *i*) inovação incremental: caminho ou até mesmo uma técnica que permite transformar sensivelmente algo que já existe, e *ii*) inovação radical ou disruptiva: criação e implementação de algo inédito em determinado segmento.

O processo de inovação está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do mundo, das diferentes sociedades e das pessoas em suas singularidades, uma vez que as mudanças ocasionadas em ambas tipificações buscam essencialmente trazer benefícios ao público-alvo da mudança, seja de produto, serviço ou de governo.

A inovação, tal como a conhecemos hoje, teve início com os estudos realizados pelo economista Joseph Schumpeter (1883-1950), que lançou à sociedade e à comunidade acadêmica o conceito de “destruição criativa”. A partir dele, outros pesquisadores passaram a dedicar mais atenção às chamadas ondas de inovação, ilustradas na Figura 1.

Figura 1 – As ondas Schumpeterianas da inovação

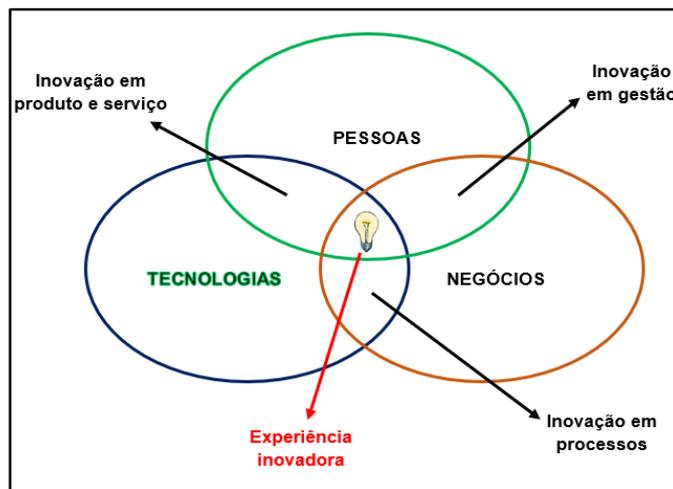


Fonte: Adaptado de Maxwell (2009).

Na Figura 1, as ondas representam de forma geral as evoluções trazidas por meio da inovação aos diferentes marcos históricos da sociedade, períodos importantes para o desenvolvimento industrial e tecnológico do mundo. Sob a ótica de Schumpeter (1942), toda inovação implica necessariamente em uma destruição criadora.

Para Kelley (2005) a inovação é favorecida quando as áreas envolvidas se vinculam e geram uma verdadeira experiência inovadora, que pode ser ilustrada pela confluência entre pessoas, tecnologias e processos, esquematizada na Figura 02.

Figura 2 - Dimensões da inovação



Fonte: Adaptado de Kelley (2005).

Detalhadamente, pode-se compreender que, no processo de inovação, primeiramente deve-se realizar o levantamento das necessidades, considerando tanto o ambiente interno quanto o ambiente externo, ou seja, utilizar-se da matriz SWOT. Isso é fundamental para a efetividade daquilo que irá ser proposto como ideia

inovadora. Assim sendo, antes da inovação em determinada organização ou setor, é necessário ponderar diversos aspectos, principalmente aqueles que serão impactados pela ideia, tanto os participantes diretos quanto os indiretos, contemplando ainda outros *stakeholders*. O envolvimento e a participação desses atores no processo de inovação contribuem significativamente para a criação e o compartilhamento de conhecimentos e para a sustentação de um meio inovador constante e, por conseguinte, no florescimento contínuo de toda espécie de inovações, sejam elas incrementais ou de ruptura.

O clássico estudo de Rogers (2003, p. 5) define difusão como sendo “o processo pelo qual uma inovação é comunicada, por intermédio de certos canais, através do tempo, aos membros de um sistema social”.

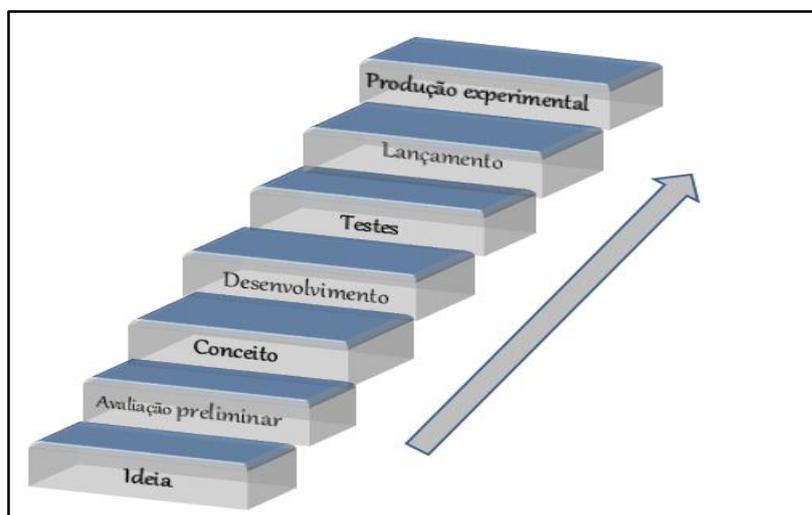
No setor público, por sua vez, a inovação se torna um elemento-chave para otimizar procedimentos administrativos demandados em grande volume pelos cidadãos, os quais devem ser atendidos com a máxima eficiência, eficácia e efetividade possíveis. Já a comunicação constante desse processo proporciona aos diversos setores a ampliação do avanço de ferramentas que potencializam a desburocratização do setor público.

A inovação é precedida por ideias que buscam, na maioria das vezes, solucionar um problema ou uma situação. Uma ideia se expressa mediante opinião, ponto de vista, noção, conhecimento ou qualquer outro meio capaz de representar a concepção mental de algo concreto ou abstrato.

Para Dewey (1979, p. 109), “a sugestão passa a ser ideia quando examinada relativamente à sua possibilidade de resolver uma dada situação”. Observa-se que as ideias fazem parte da fase inicial do processo de inovação, podendo passar por toda sorte de adaptações.

Segundo Freeman e Soete (1997, p. 202), “não há inovação que não tenha partido de uma ideia. A inovação é um processo que começa nas mentes de pessoas imaginativas”. A Figura 03 traz o modelo “*Stage Gate*” de inovação de Cooper (2001), cujo objetivo é proporcionar uma condução eficiente e eficaz de projetos de novos produtos desde a concepção da ideia até o seu lançamento, ou seja, um mapa conceitual e operacional composto por estágios e portões de decisão.

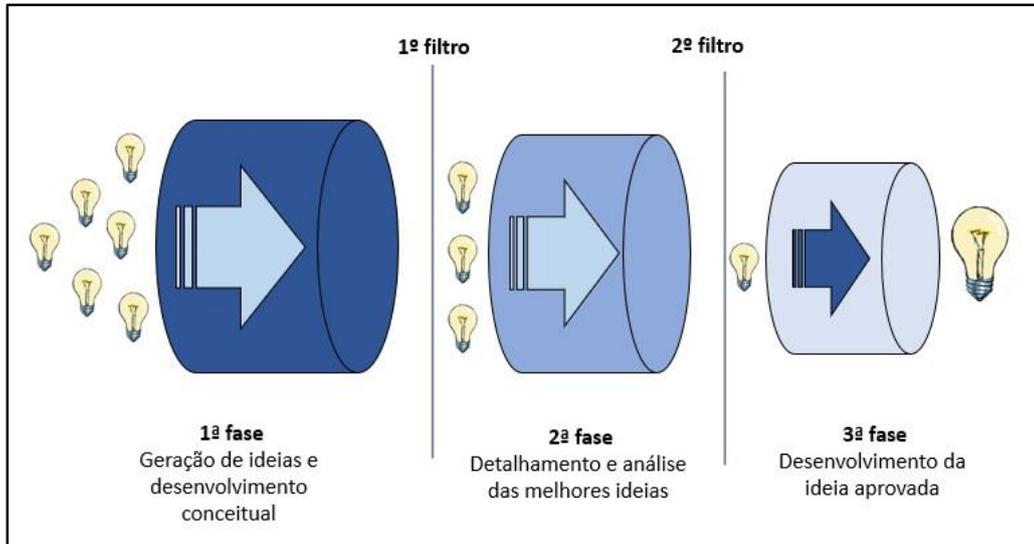
Figura 3 – Modelo de inovação de Cooper



Fonte: Adaptado de Cooper, 2001.

Uma outra concepção de modelo de inovação é mostrada na Figura 04, na qual o Modelo do Funil sintetiza as fases fundamentais de um processo criativo com vistas à criação e à implementação de projetos inovadores.

Figura 4 – Modelo do Funil



Fonte: Adaptado de Clark e Wheelwright, 1993.

O modelo do funil demonstra que o processo de desenvolvimento de inovações ocorre em ambientes de recursos escassos nos quais normalmente há mais ideias nas fases iniciais do que a organização pode ou deva levar a estágios mais avançados.

De acordo com os modelos apresentados anteriormente, dentro da temática abordada pode-se compreender que:

- a) todo processo inovador depende da apresentação de ideias iniciais, que visam atender ao propósito da inovação solicitada. Posteriormente, elas passarão por uma triagem (Modelo do Funil), com o objetivo final de escolher-se aquela mais condizente com a necessidade exposta.
- b) escolhida a ideia para a inovação específica, a mesma passará ainda por algumas etapas, compreendendo a análise do seu conceito e o seu desenvolvimento, visando uma implementação satisfatória.

Para Bezerra (2010, p.63) “a área organizacional mais importante para ajudar uma empresa a alcançar a inovação não é a área de tecnologia, mas a área de recursos humanos”. A inovação depende primordialmente das intervenções humanas. As ideias e a criatividade estão unicamente sujeitas aos seres humanos, os quais possuem a habilidade lógica e racional, fundamental para a ocorrência de um processo inovador.

Outra ferramenta associada à geração de uma ideia é o conhecimento, sem o qual as ideias inovadoras não fluem da forma mais desejada ou fundamentada. Adicionalmente, a inovação deve ter um ambiente propício em qualquer instituição, com vistas a favorecer que todos os *stakeholders* potencializem suas habilidades criativas e atinjam os objetivos previamente desejados.

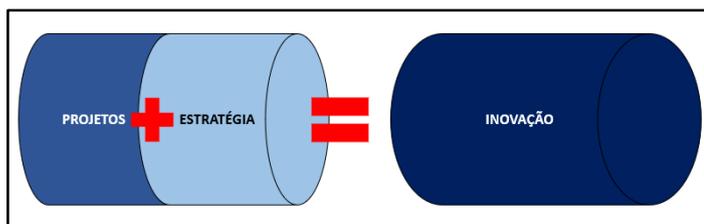
Embora as máquinas e os sistemas sejam importantes no processo criativo contemporâneo, o maior recurso à disposição das organizações inovadoras são as

peças. Cabe aos líderes desenvolver esse tipo de competência em suas equipes, estimulando-as a buscar mais conhecimento para gerar-se mais ideias e, oportunamente, propor mais processos dinâmicos que contemplam a inovação. Conforme Bezerra (2011, p. 63), “antes de criar de fato as inovações, é preciso criar os inovadores”.

De acordo com o PMBOK (2017, p. 3), projeto é “um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo”. Ou seja, todo projeto tem um início e fim definidos e deve entregar um resultado singular. A mesma obra acrescenta que, além de ser “um empreendimento único que deve apresentar um início e fim claramente definidos”, o projeto também deve ser “conduzido por pessoas para atingir seus objetivos respeitando os parâmetros de prazo, custo e qualidade” (PMBOK, 2017, p. 3).

Na rotina organizacional, o gerenciamento de projetos é fundamental para o alcance da missão e visão institucional. Por isso, cada atividade vinculada a determinado projeto deve ser criteriosamente observada com os devidos cuidados e incrementada com as estratégias apropriadas, esperando-se que isso traga mais fomento à inovação no referido projeto, podendo potencializar o escopo a ser entregue.

Figura 5 – Inovação na gestão de projetos



Fonte: elaborada pelos autores

Quando o projeto traz ideias estruturadas advindas das devidas estratégias para a implementação, conclui-se que seu escopo terá mais inovação no resultado final. A estratégia fornece ferramentas e mecanismos táticos e operacionais que em suma potencializam o número de possíveis ideias inovadoras, agregando considerável valor ao planejamento inicial.

Sabe-se que os princípios da administração pública são: *i)* a legalidade, a *ii)* impessoalidade, *iii)* a moralidade, *iv)* a publicidade e *v)* a eficiência. Seus conceitos estão expostos no *caput* do Artigo 37 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

Cada princípio permeia as instruções gerais e específicas da Gestão Pública, visando por meio de sua aplicabilidade proporcionar o atendimento ético ao cidadão, fator existencial do setor público.

Com vistas a fomentar o estímulo à inovação, pode-se citar a relevância que os concursos têm nesse horizonte, visto que por meio desse instrumento a legitimidade constitucional permanece a propagar de sobremaneira na aplicação do princípio da publicidade, sobretudo na realização de concursos públicos. Para melhor entendimento, atenta-se ao que o parágrafo 4º do Artigo 22 da Lei 8.666/93 apresenta:

Art. 22. São modalidades de licitação:

...

§ 4º Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias (BRASIL, 1993).

Por meio dessa percepção, considera-se que a modalidade “concurso” foi originada da necessidade da Administração capturar mais produtos e oferecer mais oportunidades de participação da sociedade na gestão da coisa pública e também aumentar a sua publicidade. Em termos simples, os concursos públicos fornecem mais notoriedade e ainda atendem os princípios administrativos exarados na Constituição Federal. A oportunidade abrangente nesse tipo de processo público fomenta de forma exponencial o estímulo ao desenvolvimento intelectual e materializa o engajamento e a valorização da sociedade ao Estado.

Quando o assunto é inovação, percebe-se que o setor privado possui maior competitividade e expertise que o setor público. Parte disso encontra justificativa no engessamento da esfera pública em relação a processos legais, a exemplo das regras aplicáveis aos processos licitatórios. No setor público só se pode realizar aquilo que está previsto em lei, ao passo que no setor privado pode-se realizar tudo o que a lei não proíbe. Essa diferença nada sutil dá ao setor privado maior agilidade e autonomia quando da exploração de oportunidades de mercado ou de atendimento às necessidades dos clientes e cidadãos.

Na atual conjuntura política, social e econômica que o Brasil vivencia, a inovação deve ser explorada no sentido de proporcionar à Administração Pública tanto ideias como práticas que colaborem para a atuação do Estado, potencializando a eficiência nos processos internos e externos e, ainda, otimizando a dinâmica do trabalho do setor público.

A inovação nesse setor é de suma pertinência para o desenvolvimento do Estado e está prevista na legislação, conforme disposto nos termos do Artigo 1º da Lei nº 10.973/14:

Art. 1º. Esta lei estabelece incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País, nos termos dos Arts. 218 e 219 da Constituição Federal (BRASIL, 2014).

Ainda conforme exposto nos termos da Lei, pode-se verificar que os procedimentos oriundos da Administração Pública, no que concerne ao desenvolvimento do Estado por meio de pesquisa e inovação, estão legalmente previstos no âmbito da Constituição Federal de 1988, que diz em seu Artigo 218: “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação (BRASIL, 1988)”. Tal dispositivo dá legalidade aos processos de inovação no setor público, no que tange à inclusão de meios e ferramentas mais condizentes à atualidade, para o fomento de ideias que beneficiem a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Para fomentar e estimular a inovação, a fim de utiliza-la associada às temáticas públicas, sempre visando à obtenção de maior agilidade e eficiência, têm sido instituídos concursos públicos que contemplam a inovação dentro desse escopo.

Com o acesso à informação e à agilidade com que as notícias fluem, percebe-se que cada vez mais a sociedade tem interesse em participar dos processos públicos.

A “coisa pública” pertence à coletividade e deve prezar pelo uso racional e eficiente dos recursos injetados na sociedade pelos próprios cidadãos na forma de impostos.

Como instrumento de controle, a transparência também tem sido mais intensa e normatizada, trazendo mais benefícios para o cidadão. Na medida em que a sociedade tem conhecimento de como são realizados muitos dos processos administrativos públicos, quanto eles custam e como os recursos são gastos, o interesse em participar e opinar torna-se ainda mais presente.

Em virtude dessas evoluções na Administração Pública e ainda considerando a importância da participação da coletividade nas ações públicas, percebe-se a necessidade de integrar os processos inovadores com a contribuição da sociedade. Outro aspecto que contribui para essa integração é o próprio sistema político brasileiro, a Democracia, uma vez que esse sistema enfatiza a soberania da sociedade em relação ao Estado.

A participação de acadêmicos formandos ou formados em áreas relacionadas à gestão pública para atuarem como agentes desenvolvedores de ideias inovadoras no setor público se torna interessante para a elaboração de propostas condizentes com a atual conjuntura política social vivenciada, sobretudo pelo aproveitamento tempestivo e aplicação prática de teorias aprendidas em sala de aula, porém somadas ao desafio de inovar processos na esfera pública.

Como afirma Kopnin (1978, p. 168), o “pensamento como relação teórica do sujeito com o objeto surge e se desenvolve à base da interação prática entre eles”. Em consequência, a relação da teoria e da prática torna-se válida para esses tipos de processos públicos. A participação de graduados e graduandos em gestão pública na modalidade de concurso oferecerá tanto aos discentes quanto às instituições públicas maior aproveitamento nas pesquisas e propostas de ideias inovadoras, tendo em vista a possibilidade concreta de haver interação de teoria com a prática. Os participantes poderão pesquisar e associar efetivamente os assuntos tratados em sala com as diárias dificuldades presentes no Estado.

A ENAP, já por 21 anos seguidos, realiza o Concurso de Inovação no Setor Público, cujo objetivo é incentivar a implementação de iniciativas inovadoras em organizações do governo federal e estadual/distrital que contribuam para a melhoria dos serviços públicos, porém com público-alvo restrito aos servidores públicos. Este artigo, originalmente submetido como trabalho parcial para a conclusão de curso superior de tecnologia em gestão pública, é resultado da proposta feita à direção da ENAP para inovar o referido concurso, criando uma categoria específica para graduandos e egressos dos cursos de gestão pública.

3. Procedimentos metodológicos e análise dos resultados

Este artigo derivou de uma entrevista feita com o Diretor de Inovação e Gestão do Conhecimento da ENAP no primeiro semestre de 2017, bem como com entrevistas informais com servidores que atuam no processo inerente ao Concurso Inovação no Setor Público. Além disso, foi realizada uma pesquisa qualitativa exploratória com discentes de cursos de graduação em gestão pública e correlatos. O intuito da pesquisa foi levantar dados sobre o interesse desse público-alvo na participação nesse tipo de concurso. Complementarmente, foram buscadas fontes secundárias para o comparativo com outros concursos vigentes na Administração Pública Federal – APF.

Nas reuniões realizadas com o diretor da ENAP, observou-se o interesse que o órgão tem na implementação dessa nova modalidade para compor o Concurso Inovação no Setor Público em uma nova modalidade.

Ao longo da entrevista estruturada feita com o referido gestor, foram colhidos relatos analíticos de suas participações em reuniões que abordaram a temática escolhida pelos pesquisadores. Complementarmente, também foram obtidos insumos acerca da adaptação da ENAP como Escola de Governo e como isso impacta os objetivos estratégicos da organização.

Segundo o alto gestor entrevistado, “o concurso vigente carece de inovação em seus requisitos e na premiação”. Embora no ano de 2016 tenha havido a publicação da Portaria ENAP nº 287 (BRASIL, 2016), que estabelece novas diretrizes para o concurso, não foi encontrada uma prática já em curso que atenda à proposta feita àquele órgão pelos autores do presente artigo.

Nas entrevistas informais com servidores que compõem a equipe da ENAP, pôde-se verificar o interesse dos mesmos em inovar o concurso vigente, de forma que uma modalidade voltada para estudantes e egressos permitirá maior destaque do “Ideias Inovadoras” em relação a outros similares existentes na esfera pública.

Durante a pesquisa, foram utilizados o Laboratório de Inovação da ENAP para pesquisa em campo e realização das entrevistas e a biblioteca daquele mesmo órgão com vistas a pesquisar revistas e artigos e ter-se acesso ao seu arquivo digital.

Tendo por base essas considerações, realizou-se pesquisa em concursos vigentes na APF, que abrangem temáticas relacionadas a inovação e verificou-se em seus respectivos regulamentos que entre eles existem alguns itens similares, conforme Figura 05.

Figura 05 – Comparativo de Concursos de Inovação

Instituição	Categoria	Objetivo/ Tema	Participantes	Prêmio
Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB	Prêmio de Criatividade e Inovação	Implantação de Boas Práticas de Gestão e na Melhoria dos Processos de Trabalho e dos Serviços Prestados ao Contribuinte	Servidores e empregados do Ministério da Fazenda	1º colocado - R\$ 22.000,00; 2º colocado - R\$ 12.000,00; 3º colocado - R\$ 6.000,00, e Certificado de vencedor
Escola de Administração Fazendária - ESAF	Iniciativas de inovação 2ª Edição do Prêmio Aviação	Conhecimento e Inovação visa fomentar a pesquisa na área da aviação, além de reconhecer, valorizar e disseminar a implantação de boas práticas na operação e gestão dos aeroportos brasileiros.	Público em geral, de qualquer nacionalidade, idade ou formação acadêmica	1º colocado – R\$ 20.000,00; 2º colocado – R\$ 15.000,00; 3º colocado – R\$ 10.000,00 e Certificado para os três primeiros colocados e para a menção honrosa, se houver.
Ministério da Educação - MEC	Experiências Inovadoras	Divulgação de experiências inovadoras nas escolas públicas	Estudantes e público em geral	Premiações de até R\$ 2.000,00.
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC	Prêmio Jovem Cientista	Impulsionar a pesquisa no país e investir em estudantes e jovens pesquisadores que procuram soluções inovadoras para os desafios da sociedade.	Todos os estudantes do ensino superior	1ª colocado - R\$15.000,00; 2º colocado - R\$ 12.000,00 e 3º colocado - R\$ 10.000,00.
Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	Servidores públicos	Concurso de Inovação no Setor Público	Todos os servidores públicos	Reconhecimento das cinco melhores iniciativas e troféu destinado à instituição de vínculo do servidor premiado

Fonte: elaborada pelos autores (2017)

Complementando os procedimentos metodológicos já descritos, os pesquisadores realizaram ainda um levantamento por meio da ferramenta *Google*

Docs, no qual foram feitas três perguntas fechadas e uma pergunta aberta a discentes de graduação e de pós-graduação em Administração Pública e cursos correlatos sobre a possibilidade de participação em concursos públicos voltados para inovações por eles propostas. Conforme pode ser visto na Figura 06, 94,4% dos 36 respondentes (**pergunta 01**) concordam que um concurso como proposto por estes autores poderia potencializar a eficiência do setor público. Por outro lado, 88,9% dos mesmos respondentes (**pergunta 02**) sentem-se motivados para propor ideias inovadoras que beneficiem o setor público e suas atividades. Fechando o bloco de questões fechadas, 86,1% afirmaram (**pergunta 03**) que gostariam de participar de um concurso da Escola Nacional de Administração Pública com prêmios para discentes dos cursos de Gestão Pública.

Figura 6 – Síntese das respostas de discentes feitas no questionário online dos pesquisadores



Fonte: elaborada pelos autores (2017)

A quarta e última pergunta feita aos discentes, inclusive alguns em nível de mestrado e de doutorado da Universidade de Brasília (UnB), que foi “*Caso você tenha a oportunidade de propor alguma ideia com o propósito de solucionar algum problema, agilizar processos ou criar algo novo para o Governo, qual seria sua reação se ela fosse escolhida para ingressar neste concurso [o concurso pensado pelos autores deste artigo e sugerido à Direção da ENAP]?* trouxe respostas abertas relevantes, dentre as quais estes autores destacam três, abaixo transcritas:

Respondente 1: “*De felicidade, pois seria uma forma de ajudar a máquina pública em seu desenvolvimento, algo que está diretamente ligado ao curso e à carreira que escolhi!*”

Respondente 2: “*Ficaria muito feliz. Acredito que boa parte das pessoas ingressam no serviço público visando apenas o lado da remuneração. Logo, [um concurso como esse] deveria abrir espaços às pessoas realmente comprometidas com a coisa pública*”.

Respondente 3: “*Me (sic) geraria uma autorrealização saber que posso contribuir para a Gestão Pública, a qual normalmente carece de ferramental*”.

Como se nota na análise dos dados descritos neste artigo, há indícios que apontam fortemente para uma adesão de discentes a concursos voltados para estudantes de Gestão Pública.

4. Limitações do estudo e agenda de pesquisa

O presente estudo apresenta como principais limitações o fato de ter sido conduzido no contexto de uma disciplina do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública e também pela pequena quantidade de respostas fornecidas aos autores no questionário disponibilizado por meio da ferramenta *Google Docs* em uma única semana do mês de junho de 2017.

Assim, os autores sugerem que sejam feitas novas pesquisas com uma amostra mais representativa para confirmação ou rejeição da proposição de que a ENAP realmente deveria lançar uma nova modalidade de participação em seu Concurso de Inovação no Setor Público ou até mesmo criar um concurso exclusivamente voltado para os discentes de Gestão Pública e cursos correlatos, tais como Administração e Direito, por exemplo.

5. Considerações finais

Analisando as considerações apontadas em entrevistas, as pesquisas realizadas adicionalmente ao projeto e a leitura de artigos e livros que contemplam esses assuntos, percebeu-se a oportunidade de estruturar uma nova modalidade de concurso associada à teoria aprendida em sala de aula por discentes de cursos relacionados à Administração Pública, proporcionando a oportunidade de associarem essa teoria aos desafios de inovar os processos públicos.

Seguindo os passos trilhados pelos países que têm as melhores práticas inovadoras na área da gestão pública, alguns órgãos brasileiros que possuem áreas de pesquisa mais estruturadas, a exemplo da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), vêm fomentando a inserção da comunidade na criação e implementação de soluções administrativas e até mesmo operacionais voltadas aos interesses dos cidadãos. O concurso pensado a partir deste artigo propiciará aos discentes e egressos dos cursos afetos às questões públicas uma discussão aprofundada sobre problemas que afetam os cidadãos brasileiros.

Em contrapartida, percebe-se que a contribuição acadêmica tende a beneficiar potencialmente os resultados das ideias a serem propostas, de modo que agregará valor à formação e capacitação dos participantes, instigando-os a buscarem soluções eficazes para o atendimento à sociedade por meio da aplicação de políticas públicas apropriadas para cada situação.

Os ganhos obtidos por meio dessa parceria ENAP x discentes/egressos serão por certo relevantes, sobretudo pela aproximação do Governo Federal com a Academia e da sinergia gerada.

Por fim, espera-se que a implementação dessa nova modalidade seja realizada de forma a atender o déficit que muitas vezes é observado no setor público, onde a participação social é fragilizada pela inexperiência da atuação conjunta desses setores.

6. Referências bibliográficas

BEZERRA, Charles. **A máquina da inovação: mentes e organizações na luta por diferenciação**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

BRASIL, **Constituição da República Federativa de 1988**, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 18 abr. 2017.

BRASIL, **Lei nº 8.666 de 21 de junho 1993**, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666compilado.htm>. Acesso em 15 mar 2017.

BRASIL, **Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004**, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em 14 abr. 2017.

BRASIL, Portaria ENAP 287. **Concurso Inovação no Setor Público**. Disponível em <http://www.lex.com.br/legis_27186221_PORTARIA_N_287_DE_19_DE_SETEMBRO_DE_2016.aspx>. Acesso em 17 mai. 2017.

BRESSER, Luis C.; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Unesp, 1999.

CLARCK, Kin B.; WHELLWRIGHT, Steven C. **Managing new product and process development: texts and cases**. Free Press: New York, 1993.

COOPER, Robert G. **Winning at new products: accelerating the process from idea to launch**. 3rd. ed. New York: Basic Books, 2001.

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

FLORIDA, R. *Cities and the creative class*. **City and community**, Washington, v. 2, n. 1, p. 3-19, 2003.

FREEMAN, Clarck; SOETE. **Economics of industrial innovation**. 3rd. ed. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.

HANSSON, Karin; EKENBERG, Love. *Deliberation and representation in participatory tools for the public sector*. In: **European Conference on Information Systems, 22**, 2014, Tel Aviv.

KELLEY, T. **The ten faces of Innovation: IDEO's strategies for beating the devil's advocate & driving creativity throughout your organization**. New York: Doubleday, 2005.

KOPNIN, Pavel V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MAXWELL, Ian E. **Managing sustainable innovation: the driver for global growth**. New Zealand: Springer, 2009

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK)**. 6ª ed. Pennsylvania: PMI, 2017.

ROGERS, Everett M. **Diffusion of innovations**. 5 th. Ed. New York: Free Press, 2003.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: UNESP, 2017.